

INFORMAÇÃO, ESTUDOS E FAZERES: TRAVESSIAS ASSERTIVAS DA MEDIAÇÃO E SUAS DIMENSÕES COMO FUNDAMENTO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

INFORMATION, ITS STUDIES AND INFORMATIONAL PRACTICES: ASSERTIVE CROSSINGS OF MEDIATION AND ITS DIMENSIONS AS THE FOUNDATION OF INFORMATION SCIENCE

Henriette Ferreira Gomes^a

RESUMO

Objetivo: Abordagem analítica acerca da informação, seus estudos e fazeres, buscando situar a mediação da informação e suas dimensões nos contornos epistemológicos do campo científico da Ciência da Informação. **Metodologia:** Estudo bibliográfico com a adoção da revisão sistemática da literatura (RSL). **Resultados:** Como filósofos e pesquisadores de outros campos que refletiram e refletem acerca das relações entre pensamento, linguagem e representação no processo de construção e compartilhamento do conhecimento, os pesquisadores da Ciência da Informação têm feito o mesmo ao tratarem da produção, organização, circulação, disseminação, recuperação, acesso, uso e apropriação da informação, evidenciando que esses processos se caracterizam como camadas do fenômeno, que impulsionam o diálogo interdisciplinar. Por outro lado, verifica-se que a mediação da informação atua como um elemento atrator dessas camadas constitutivas da informação na sua condição de fenômeno social. **Conclusões:** O traçado histórico e epistemológico dos estudos e fazeres informacionais desvelam por um lado a complexidade do fenômeno informação que motiva o diálogo interdisciplinar com outros campos do conhecimento, e por outro oferece evidências que permitem a proposição de que a mediação da informação, com suas dimensões, pode ser considerada um fundamento da Ciência da Informação.

Descritores: Informação – estudos e conceito. Ciência da Informação. Mediação da informação. Dimensões da mediação da informação.

1 INTRODUÇÃO

Tratar sobre o fenômeno informação, em uma abordagem analítica acerca

^a Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente no Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (ICI-UFBA). E-mail: henriettefgomes@gmail.com

dos estudos, pesquisas e fazeres na travessia do tempo, torna visível os contornos epistemológicos do seu campo científico. Nesse sentido foi realizado um estudo bibliográfico a partir de uma revisão sistemática da literatura (RSL) da área, em dialogia com outras como a Filosofia, Sociologia, Psicologia, Linguística, Educação, Comunicação que, de algum modo, formularam explicações científicas acerca de fenômenos interligados à informação.

Historicamente pensadores e pesquisadores de diversos domínios do conhecimento têm buscado refletir acerca das relações entre pensamento, linguagem e representação no processo de construção e compartilhamento do conhecimento. Os pesquisadores do campo da Ciência da Informação também focalizam esses temas ao tratarem da produção, organização, circulação, disseminação, recuperação, acesso, uso e apropriação da informação, assim como nos enfoques relacionados à preservação da memória social.

As diversas abordagens da Filosofia em torno do conhecimento acabam promovendo a reflexão e o debate acerca do papel da linguagem e da representação como dispositivos essenciais nesse processo. Dentre elas, destacam-se as elaboradas por Kant e Foucault que significam marcos nas abordagens que tornam mais evidentes os vestígios das relações entre conhecimento e informação, situando a linguagem e a representação como dispositivos decisivos a essas relações.

Quando se avança, a partir dessas abordagens da Filosofia em direção à perspectiva da Ciência da Informação, os estudos da linguagem e da representação exigem a ampliação do debate para análise de outros dispositivos de mediação por meio dos quais são estabelecidas a comunicação e a inscrição dos conteúdos informacionais, assim como os processos, as técnicas, os instrumentos, os produtos e os próprios ambientes de informação que, em interação orgânica, tecem o lastro para o compartilhamento prolongado dos conhecimentos, saberes e demais objetos da criação humana que denominamos objetos da cultura.

A revisitação dessa travessia pela RSL possibilitou concluir que esse traçado histórico e epistemológico desvela a complexidade do fenômeno informação que, por envolver diversas camadas em interação intrincada, motiva

a busca do diálogo interdisciplinar. Esse desvelamento parece ter embalado, no período de instituição da Ciência da Informação como um novo domínio do conhecimento, a formulação de um projeto que a caracterizaria como uma ciência interdisciplinar. Característica esta que permanece na condição de projeto, cujo efeito ainda está circunscrito à constante reverberação do convite e estímulo ao debate interdisciplinar com outros domínios de interesses afins, o que é insuficiente para consolidá-la como uma ciência interdisciplinar.

Contudo, a Ciência da Informação, como vem se constituindo ao longo do seu desenvolvimento, já representa um passo relevante na experiência de se fazer Ciência reconhecendo seu caráter histórico, dialógico e coletivo. Por outro lado, essa travessia no tempo e pelas escolhas de cunho epistemológico é também reveladora de fortes evidências de que a mediação da informação atua como atrator das camadas constitutivas da informação enquanto fenômeno social, o que a situa como potencial eixo articulador dos estudos e fazeres informacionais, lhe conferindo atributos de fundamento do campo científico da Ciência da Informação e das disciplinas especializadas que socialmente trabalham com o objeto informação.

2 CONHECIMENTO, LINGUAGEM E REPRESENTAÇÃO EM RELAÇÃO

A Filosofia tem tomado a linguagem como objeto de estudo, compreendendo-a como um dispositivo de construção e acesso ao conhecimento. No período em que transcorreu a Filosofia da Antiguidade, correspondente ao Século VII a.C., até o final do pensamento medieval, por volta do Século XIV, as reflexões foram marcadas pelo interesse central na ontologia (nas questões relacionadas ao ser, a realidade, sua natureza e essência). Tais reflexões ocorreram no primeiro período da história da Filosofia. O segundo período correspondeu ao surgimento da Filosofia Moderna nos Séculos XV a XVII, quando a epistemologia se torna a questão central da Filosofia. Nesse momento histórico os filósofos se ocuparam de investigações sobre o conhecimento, sobre o conhecimento do ser, a natureza desse conhecimento e suas possibilidades. Entretanto, foi no Renascimento (Séculos XVI e XVII) que o ser humano se tornou objeto central para os estudos, tanto do campo da Filosofia

quanto de outras disciplinas da Ciência.

A partir do Renascimento é que tem início a transição entre o teocentrismo medieval e o antropocentrismo, mais precisamente a partir do Século XVI, embora isso tenha se tornado mais contundente entre os Séculos XVII e XVIII, quando, segundo Foucault (1992), se dá o surgimento da Idade Clássica, que por sua vez se encerrou com a Revolução Francesa em 1789. Sob o foco do antropocentrismo os filósofos iluministas introduziram o conceito de subjetividade como âmbito no qual se estabelecem as certezas, as verdades justificadas e a eliminação de falsas crenças.

Mas, para Foucault (1992), foi Kant quem inaugurou esse modo de tratar a finitude do ser humano na Filosofia. Os filósofos clássicos pensavam sobre a finitude do ser humano a partir do infinito. Kant foi o primeiro a tratar do ser em si, dos seus limites, debatendo acerca do espaço da representação e a distinguir Ciência objetiva de Filosofia. Para ele a metafísica clássica havia se tornado um dogmatismo, enquanto a Ciência passou a tomar por princípio a rejeição de dogmas, atuando a partir de conhecimentos *a priori*, para testá-los e prová-los com rigor, possibilitando a identificação dos limites desses *a prioris*. Enquanto o dogmatismo permanece preso a um procedimento da razão pura, no qual a crítica precedente não ocorre, a ciência só se realiza no âmbito da razão crítica.

Em Kant (2000) o sujeito é destituído da intuição intelectual, ele é finito e a intuição é tratada como sensibilidade, na qual as categorias de espaço e tempo são as formas de intuição sensível, enfim representam as condições de existência das coisas como fenômenos. Um objeto só pode ser conhecido como coisa se for apreendido pela intuição sensível, tornando-se perceptível como fenômeno. Conforme Kant (2000), um objeto pode ser conhecido a partir do momento em que provamos sua possibilidade através da experiência construída na realidade e a partir do *a priori* da razão.

Embora Heidegger (1996) entenda que Kant, ao tratar do ser finito, não tratou exatamente do conhecimento finito do ser humano, Foucault (1992) defende que Kant, ao abordar a finitude, traçou uma perspectiva antropológica, que aponta para a finitude das “construções” humanas, sem cair no que ele denominou de “sono antropológico” gerador da perspectiva de que o mundo é

apenas, e em si mesmo, uma representação humana.

Na primeira parte da *Crítica da razão pura*, Kant (2000) tratou do processo da sensibilidade, através do qual ocorre a receptividade dos objetos da experiência. A sensibilidade (faculdade das intuições sensíveis) trata das impressões produzidas nos sujeitos pelos objetos, isto é, sensações que produzem intuições empíricas. Mas Kant (2000) também abordou a existência das intuições puras, situadas *a priori* no ser humano, que funcionam como formas de captação do objeto e que são independentes da sensação. As intuições empíricas apontam e percebem os objetos e as intuições puras são as representações desses objetos no intelecto, adquiridas ao longo da existência (por isso estão situadas *a priori* no ser humano). Desse modo, as intuições sensíveis ou empíricas (apresentação sensível do objeto) e as intuições puras (representação intelectual adquirida ao longo da existência) constituem as condições para emergir o conhecimento a partir da sensibilidade. Para Kant (2000), a razão não se refere imediatamente à experiência; a intuição sensível não basta em si mesma, ela deve ser relacionada ao entendimento para que se faça conhecimento. Por sua vez, o entendimento se constrói por meio das relações que se processam entre linguagem e representação.

A linguagem ganhou o *status* de objeto de estudo, mais exatamente no terceiro período da história da Filosofia, entre o final do Século XIX e início do Século XX. Período em que ocorre a ruptura com a Filosofia Moderna e o nascimento da Filosofia Contemporânea. Nesse período a Filosofia introduz a questão lógico-linguística, isto é, aborda o conhecimento como um fenômeno que só pode ser entendido, por meio da sua formulação ou expressão pela linguagem. Enfim, foi no contexto da Filosofia Contemporânea que surgiu a Filosofia da linguagem, dividida, conforme Costa (2003), em duas vertentes: a filosofia da linguagem ideal e a filosofia da linguagem ordinária.

A Filosofia da linguagem ideal tem como objeto o uso lógico-semântico da linguagem, como instrumento para o conhecimento, especialmente para a Ciência. E, por sua vez, a Filosofia da linguagem ordinária tem como objeto o uso da linguagem em uma perspectiva pragmática, como dispositivo por meio do qual se dá a interação social.

Na vertente da linguagem ideal (perspectiva lógico semântica) estão situados os filósofos *Frege, Carnap, Bar-Hillel, Russel e Wittgenstein* na sua primeira fase, todos interpretados como positivistas lógicos. A preocupação desses estudiosos com a linguagem visava o desenvolvimento da precisão dos significados, como uma necessidade de se alcançar a verdade. Contexto em que se amplia a compreensão quanto a função do documento como registro do conhecimento. Nesta perspectiva também se situava *Otlet*, que buscava o controle dos significados como imprescindíveis à Ciência (o controle terminológico).

Já na vertente da linguagem ordinária (uso da linguagem em uma visão pragmática) se situam: o segundo *Wittgenstein, Austin, Searle e Habermas*. Estes abordaram a linguagem a partir de uma perspectiva pragmática universal. Nela o documento passa a ser compreendido como um dispositivo de interação social mediada, focalizando as funções da linguagem na articulação e cooperação para o desenvolvimento de atividades na interação social. Desse modo, os documentos passam a ser entendidos como objetos que são instaurados e também instauram protocolos sociais. (SMITH, 2005).

Outros estudiosos como *Vygotsky (1998, 2003a)* também refletiram acerca das relações entre pensamento e linguagem, e sobre a importância desta última para a expressão do pensamento e para o processo de interação social, a partir do qual cada sujeito pode entrar em contato com o outro, desenvolvendo seu autoconhecimento e construindo conhecimentos.

O pensamento é mais complexo e mais amplo do que a linguagem, já que ele consiste de percepções, intuições sensíveis/empíricas, intuições puras, como também de entendimento e conhecimentos construídos em atitudes volitivas, sendo que especialmente no entendimento, a linguagem já atua como um canal por meio do qual a crítica se estabelece, dando condições à construção do conhecimento. A linguagem é, portanto, o elo por meio do qual se vale o pensamento para interligar os diversos níveis de percepção e entendimento, gerando a síntese integradora em que consiste o conhecimento. Pode-se dizer que tal síntese integradora é a representação possível da realidade, alcançada pelo sujeito que, em interação com o meio, busca entender o mundo e a si

mesmo. Não há conhecimento sem entendimento, e ambos emergem das interações sociais e por meio do uso de linguagens que, em sua expressão, gera representações.

Outro autor importante que se debruçou sobre a complexidade do processo do conhecer e o papel da linguagem foi Heidegger (1996), defensor de que a hermenêutica poderia ser concebida como uma possibilidade de apreensão do mundo, já que para ele tudo é apreendido através da interpretação do ser, interpretação que é sempre temporal, intencional e, portanto, histórica. Essa abordagem, ao colocar o homem inserido em um contexto de funcionalidade na qual ele desenvolve sua interpretação do mundo, acaba também por assumir a importância do *lócus* da linguagem nesse processo. O olhar analítico-hermenêutico está condicionado ao simbólico, à linguagem que se emprega para informar, categorizar, caracterizar e explicar a realidade. O propósito de Heidegger (1996) parece ter sido o de assinalar que as coisas antecedem a linguagem. Quando um sujeito produz um enunciado, mesmo que ainda sem a perspectiva analítica e lógica, está produzindo uma interpretação. Mesmo que não tenha ocorrido um distanciamento entre sujeito e objeto, a interpretação acontece.

Em Heidegger (1996) o conceito de *dasein* (homem que como tal está imerso no mundo da compreensão) é o ponto de partida da hermenêutica para se pensar o “horizonte de sentido” que é tecido na relação existencial entre o nascimento e a morte. Nessa trajetória, segundo Heidegger (1996), é que se dá o processo de maturação humana (*dasein* = vida humana). A partir da interpretação do *dasein* heideggeriano surgem duas metacategorias interligadas e relacionadas à compreensão: o **espaço das experiências que abrangem o aprendizado**, a rememoração, a memorização, o conhecimento tácito e o **horizonte de experiências que envolve o projeto de futuro**, o desejo de alcançar algo, a expectativa do “vir a ser”.

O espaço da experiência é gerador de sentidos, nele são formulados conceitos que se interpenetram na construção do conhecimento tácito e que integram o conhecimento historicamente construído nas existências singulares de cada sujeito. Mas, ao transitar no horizonte de experiências ligadas a um

projeto de futuro, movido pela volição, que guarda em sua interioridade a expectativa de vir a ser algo, os conceitos formulados no passado tendem a ser analisados, criticados e potencialmente ressignificados.

Nesse sentido é que Koselleck (2006), tomando como referência as contribuições de *Heidegger* e *Kant*, propõe em sua obra intitulada *A História dos conceitos* que se faça a análise do processo de ressignificação dos mesmos, relacionando esse processo à esfera da semântica. Tomando como concreta a possibilidade de existência de polissemia em torno dos conceitos. A tradução dos significados do passado é empregada pelos sujeitos na tentativa de alcançar o entendimento. Mas, por outro lado, embora as palavras permaneçam as mesmas, não são necessariamente suficientes para sustentar o mesmo conteúdo ou significado do passado no presente. Não necessariamente elas asseguram que o significado por elas designado anteriormente permaneça e se sustente historicamente.

O ser humano, ao resgatar um conceito elaborado no passado, sempre será conduzido à sua ressignificação, até mesmo em função do contexto histórico distinto. A dinâmica da vida em sociedade é geradora da polissemia, que sempre exige novos esforços de interpretação, como também conduz à formulação de novos termos e conceitos, enfim, novas representações. Abre-se aqui um parêntese para assinalar que essa dinâmica faz emergir evidências de aspectos relevantes a estudos que se proponham a focalizar zonas de interligação entre mediação implícita e mediação explícita da informação.

Retomando a discussão acerca dos estudos da linguagem relacionados aos conceitos, destaca-se que do ponto de vista da formação e formalização das explicações científicas, o termo é imediato e o conceito é mediato. O termo torna explícito linguisticamente um conceito científico construído na complexidade tecida lógica e historicamente. Ele evidencia a existência dos conceitos ou a necessidade desses na teoria científica formulada. Entretanto, os termos não necessariamente são suficientes para revelar as intenções teóricas que podem ser representadas pelo conceito científico em determinado contexto histórico.

Todo conceito é um construto que representa algo que está situado além da língua, e se caracteriza como um indicador de tensões no âmbito do

conhecimento, da cultura e da política, podendo representar diversos interesses (teóricos e pragmáticos, entre outros). O conceito consiste em um fato linguístico, se caracterizando como um índice da realidade. No entanto, segundo Koselleck (2006), ele é um vocábulo que contém uma multiplicidade de significados. Ainda que possa claramente representar um determinado objeto, o conceito reúne em si a diversidade da experiência histórica, por isso também pode ser polissêmico.

As representações são geradas e redimensionadas a partir dos conhecimentos e projetos humanos. Por outro lado, o conhecimento também só se constrói por meio das interações sociais, em uma rede complexa que envolve conhecimentos imediatos, que se iniciam a partir da percepção, dos *a priori* (numa perspectiva kantiana) e aqueles gerados por atos volitivos de reflexão sistemática (na perspectiva da Ciência), quando são retomados criticamente os conhecimentos anteriormente construídos. Enfim, a construção e reconstrução do conhecimento dependem da interligação de diversos níveis de representação, que consistem em elos que vão estabelecendo os contornos do novo conhecimento, elos que conformam zonas de exercício dialógico entre o que está instituído e o processo instituinte do novo, que carregará consigo elementos do anterior a partir do qual se fez novo.

Todo conhecimento se desenvolve a partir das incompletudes ou lacunas dos conhecimentos socialmente e anteriormente construídos, reafirmando a necessidade de acesso a uma memória dessa produção, mantida acessível através dos documentos, para que revisitados sejam objeto do debate e exercício da crítica, sustentadores do processo de apropriação que desestabiliza, ressignifica e institui novos patamares de saberes e conhecimentos. Nesse contexto os documentos permitem ao conhecimento estabelecido socialmente, uma materialidade capaz de fazê-lo transitar. Do mesmo modo, a inscrição casual ou deliberada de expressões e experiências geradas nas vivências singulares, produz outra tipologia documental que também permitirá o trânsito dos saberes.

Essa materialidade torna-se possível por meio do uso de signos, compostos de significante e significado, que são articulados pelas linguagens para que o pensamento alcance força de expressão e compartilhamento.

Conforme Hjørland (2008), o significado de um signo está ligado à sua potencial qualidade de fazer referência a algum objeto ou estado de sentimento, sendo a linguagem um instrumento, de valor funcional, que emprega termos em articulação para expressão dos significados.

Na medida em que a materialidade é inscrita para registro, faz-se uso de orações e frases resultantes da integração dos planos expressivo, morfológico-sintático e conceitual semântico. Contudo, a materialidade pode se dar sem fisicalidade, quando se faz expressa no plano abstrato dos processos culturais e objetos da realidade que, descritos e/ou isolados para representar seus pares ou conjuntos, também os representam e passam a constituir bens imateriais, carregando informações e as fazendo transitar longitudinalmente, assegurando um compartilhamento também capaz de ultrapassar as barreiras temporais.

3 INFORMAÇÃO: FENÔMENO DO TRANSITAR MEDIADO DO CONHECIMENTO

A necessidade de socialização, de compartilhamento dos saberes para sustentar a própria vida em sociedade, como também para tecer o substrato constitutivo do humano, leva os sujeitos sociais a desenvolverem estratégias e mecanismos que se pode considerar como dispositivos de mediação fundamentais ao compartilhamento de conhecimentos e saberes. Colocar em comum (comunicar) o que se sabe, o que é sentido, o que emerge do pensar, o conhecimento que se pôde construir é condição elementar para a sustentação da vida em sociedade, enfim, para que se estabeleçam as condições de alcance das zonas de estabilidade do social e dos conhecimentos e saberes construídos nas interações com o meio.

Diante desse cenário, que passou também a envolver grandes volumes de informações, chegou-se a um outro nível de utilização da representação, aquele destinado a organizar e dar acesso às representações de primeiro nível, produzidas no estabelecimento das explicações justificadas acerca dos fenômenos, assim como àquelas correspondentes às expressões e experiências imediatas dos sujeitos. A representação da representação possibilita que esta última seja organizada, identificada, selecionada, acessada, utilizada e

apropriada pelos sujeitos sociais. Isso reforça a característica fundante da organização e da representação da informação como camadas do trabalho informacional que articulam processos, técnicas, instrumentos e produtos que consistem em dispositivos de mediação implícita (indireta), que colaboram para que o conhecimento tenha expandidas as suas condições de trânsito junto aos sujeitos sociais, de maneira que seja possível um devir para o conhecimento que decorrerá de apropriações futuras.

Nesta complexa tessitura, na qual a linguagem e a representação correspondem a elos fundamentais entre conhecimento e informação, a organização e a representação se evidenciam como categorias de mediação implícita da informação, sinalizando a emergência de se avançar na construção de bases teóricas, epistemológicas e procedimentais que sustentem não apenas a preservação, a disseminação, a recuperação e o acesso à informação, mas também as articulem às categorias de mediação explícita da informação para a melhoria das condições de apoio ao processo de apropriação dos conteúdos pelos sujeitos sociais. Compreender que a mediação da informação consiste em um fundamento capaz de nortear a articulação entre essas categorias de mediação significa efetivamente passar a tratar a informação como um fenômeno social. Isso vindica coragem para romper tradicionalismos que “aprisionam” o pensamento da área e contrariam o ideal originário do diálogo em torno da complexidade do fenômeno em uma perspectiva social. Hjørland (2008, p. 12) alerta que tradicionalmente a Ciência da Informação e também as Ciências Cognitivas negligenciam aspectos da mediação que envolvem as interações complexas dos sujeitos com a informação.

Avançando nessa direção, a RSL realizada neste estudo permitiu um revisitar das trajetórias da área, constatando-se que, na medida em se ampliou o conhecimento em torno do objeto informação e das possibilidades das práticas informacionais, de algum modo se projetou luzes sobre aspectos que podem ser interpretados como evidências de que a mediação da informação representa um objetivo intrínseco dos estudos e fazeres informacionais, estando a sua intencionalidade diretamente ligada à razão constitutiva da informação, enquanto um fenômeno social emergente das interligações entre conhecimento,

pensamento, linguagem, representação e compartilhamentos. Interligações estas que se estabelecem no tecido social e na constituição dos sujeitos.

O percurso histórico do desenvolvimento dos processos, técnicas, instrumentos e produtos de representação da informação revelam o esforço da comunidade científica da área em criar novas possibilidades de tratamento dos conteúdos informacionais, considerando essa complexidade. No entanto, um novo desafio está posto, o de desenvolver uma compreensão de que seus recortes temáticos, investimentos científicos e empreendimentos profissionais, dentro de cada especificidade desse fenômeno, se articulam e se orientam por um fundamento que, no entendimento desta autora, é o da mediação da informação e suas dimensões. Essa compreensão tende a proporcionar maior clareza quanto a força pendular, atrativa e mutuamente interveniente, entre a informação e o social, ultrapassando-se perspectivas e abordagens utilitarista.

A formulação de dispositivos destinados à organização e representação da informação percorre séculos e acumula experiências históricas. Conforme Malclès (1956), a primeira experiência de organização e representação da informação foi o da criação da bibliografia, a partir de uma classificação e ordenação lógica do conhecimento produzido e registrado em documentos que integravam acervos de bibliotecas. Segundo a autora (1956, p. 194), “O repertório bibliográfico mais antigo de que se tem notícias é do médico grego Galeno que, no Século II, produz *De libris propriis* [...] com uma classificação própria.” Entretanto, *Tritheim* e *Gesner* dividem o crédito de pais da bibliografia.

Essa controvérsia se dá em função de que alguns pesquisadores entendem ser *Tritheim* o pai da bibliografia por este ter, em 1494, arrolado as obras impressas de autores religiosos. Por outro lado, parte considerável dos estudiosos desse tema entende que esse título pertence a *Gesner*, que no Século XVI organizou de modo sistemático informações sobre obras examinadas nas principais bibliotecas da Europa, publicando em 1545 a obra intitulada *Bibliotheca universalis sive Catalogus omnium scriptorum locupletissimos in tribus linguis, latina, graeca et hebraica*.

Outro marco que repercute sobre os estudos e fazeres informacionais corresponde à expansão da Ciência, do volume de informações e dos ambientes

informativas no período do nascimento das universidades na alta Idade Média, provocando o aumento da demanda por acesso ao conhecimento produzido. Na transição histórica entre a Idade Média e o Renascimento, ocorreu um processo de resgate do pensamento dos filósofos clássicos da Antiguidade, cujos textos foram traduzidos pelos árabes, impulsionando o acesso a esse conhecimento registrado (informação), cuja leitura até então estava restrita ao clero e a nobreza. Conforme Le Goff (2007), também nesse período, aprender a ler e a escrever passou a representar uma necessidade, fazendo surgir outros agentes de leitura como artesãos e juristas. Fatores que impulsionaram um novo olhar para o acesso ao conhecimento.

O crescimento das bibliografias, em especial as de caráter nacional, a expansão dos acervos, com o aparecimento das universidades, a abertura do acesso à informação com a entrada da Renascença e com a instalação do estado de direito que, conforme Le Goff (2008), se deu especialmente após a Revolução Francesa, ocorreu a abertura das bibliotecas à sociedade em geral, e todos esses eventos constituíram um complexo de variáveis que introduziu a tradição da organização alfabética dos catálogos das bibliotecas como produtos da representação das informações contidas nas coleções.

O Renascimento também marca a história como um período de maior expressão do esforço de afastamento entre Ciência e Religião, projeto que exigiu o re-exame dos clássicos, a análise de textos antigos, o compartilhamento e o debate dessas reflexões, o que foi intensificado a partir do aparecimento da imprensa, que por sua vez acelerou o processo de alargamento do acesso à informação. Esse contexto estimulou a formação de coleções e, conseqüentemente, gerou a necessidade do desenvolvimento de novos processos, instrumentos e produtos para organização e representação da informação contida nessas coleções, de modo que se assegurasse o acesso a elas.

O livre acesso às estantes e o atendimento das necessidades de informação através do serviço de empréstimo domiciliar foram desenvolvidos pelas bibliotecas norte americanas, inspiradas nos princípios da Revolução Francesa. Tais inovações e a ampliação das práticas de acesso às informações

contidas nos acervos dessas bibliotecas geraram uma demanda ainda maior pelo aperfeiçoamento dos dispositivos de mediação da informação. Assim, na segunda metade do Século XIX, surgiram os princípios da organização dos catálogos por assunto (assuntos inicialmente representados por palavras-chave extraída dos títulos das obras) e o desenvolvimento dos esquemas de classificação para o arranjo físico dos acervos. Pode-se identificar esse período como o de um despertar para a relevância da mediação implícita da informação que, conforme Almeida Júnior (2015), ocorre sem interação direta com os sujeitos que estão em busca da informação.

Aqui o fundamento da mediação da informação se evidencia, na medida em que essas mudanças no âmbito da mediação implícita trouxeram à tona a necessidade de orientação ao público, provocando a institucionalização do serviço de referência nas bibliotecas, e demarcando os avanços em direção à mediação explícita da informação, na qual ocorre, conforme Almeida Júnior (2015), a interação direta do público com os ambientes informacionais e seus agentes mediadores.

Por outro lado, mesmo sem a anunciação consciente da regência desse fundamento, os valores da mediação parecem ter orientado os esforços de articulação das tipologias de mediação que Almeida Júnior (2015) denomina de implícita e explícita. A abertura dos acervos das bibliotecas ao público, inaugurando o florescimento da interação direta entre leitor, ambiente, mediadores e conteúdos informacionais fez surgir os esquemas de classificação, objetivando a organização física do acervo para facilitação do acesso às estantes e a gestão do ambiente com o aperfeiçoamento da mediação implícita da informação. A interligação entre mediação implícita e explícita da informação revela a força do fundamento e demonstra o quanto ele tem sido o promotor dos avanços científicos, técnicos e profissionais da área, mesmo que a mediação da informação ainda não seja reconhecida como tal.

A abertura do acesso às informações para a sociedade em geral colocou a mediação explícita em foco e com ela a necessidade de redimensionamentos de metodologias, procedimentos, instrumentos e demais dispositivos de mediação implícita, a exemplo da formulação das linguagens documentárias.

Segundo Moreiro González (2010), a abertura do acesso trouxe consigo a necessidade da busca alfabética pelos assuntos, motivando o nascimento das linguagens documentárias, que passaram a oferecer uma representação organizada de conceitos, termos e códigos estruturados em conjuntos temáticos. Entre as linguagens documentárias, as mais destacadas foram a *Classificação Decimal de Dewey (CDD)*, a *Classificação Expansiva de Cutter e de Brown*, que surgiram entre os Séculos XIX e XX. Essas linguagens documentárias foram concebidas tomando por base as disciplinas canônicas, tendo como referência as propostas de classificação do conhecimento existente.

Também a partir do Século XIX as fontes secundárias de recuperação da informação se expandiram, especialmente a partir do aparecimento da publicação dos resumos dos artigos publicados nos periódicos científicos. Essas fontes secundárias de recuperação da informação já apresentavam um arranjo pré-definido, organizado segundo os esquemas de classificação, seguindo o modelo de organização da informação nos acervos das bibliotecas. Essas primeiras fontes secundárias de recuperação da informação inspiraram *Paul Otlet* na idealização do *Repertório Universal*, cujo objetivo foi o de arrolar, sob uma organização sistemática, qualquer tipologia de documentos que contivesse informações científicas, fossem estes: livros, plantas, filmes, artigos de periódicos, relatórios entre outros. Essa organização sistemática se consolidou na primeira metade do Século XX e foi inicialmente denominada de *Classificação de Bruxelas*, mas formal e largamente conhecida como *Classificação Decimal Universal (CDU)*. A *CDU* foi baseada na *CDD*, mas especificamente desenvolvida para repertórios bibliográficos, e não exatamente com o propósito de organizar as informações contidas nos acervos das bibliotecas. Seu principal objetivo foi o da organização das informações registradas em documentos existentes em diferentes acervos, distribuídos em diversas partes do mundo, de modo a facilitar a identificação e localização da sua existência para recuperação e acesso.

Ainda na primeira metade do Século XX, *Bliss* desenvolveu a *Bibliographic Classification*, utilizando um esquema lógico de classificação (inteiramente facetado). No entanto, os demais esquemas já estavam

amplamente adotados, especialmente a *CDD*. Assim, a *Bibliographic Classification de Bliss* não se tornou referência, tendo sido adotada apenas no *Reino Unido*.

Como desdobramento da *II Guerra Mundial*, o avanço tecnológico foi acelerado, em especial no que tange às tecnologias da informação e comunicação, o que provocou reflexões sobre o processo de recuperação da informação. Esse foi o contexto no qual Vannevar Bush (1945) apontou as dificuldades geradas pela forma até então utilizada para se armazenar e recuperar a informação. No seu artigo, *As we may think*, ele analisou os problemas decorrentes da estrutura seqüencial dos conceitos em classes e subclasses. Segundo Bush (1945, p. 15), essa estrutura tornava “[...] as taxonomias alfabéticas ou numéricas incapazes de processar adequadamente grandes acervos de informação.” Nesse texto Bush (1945) defendeu que a associação de conceitos era mais adequada à recuperação da informação porque reproduzia o modo de pensar das pessoas. A partir desse período histórico, em especial os engenheiros americanos passaram a atuar decisivamente no desenvolvimento dos sistemas automáticos de indexação.

No entanto, os pesquisadores que há tempos se ocupavam de estudos relacionados à informação, aos fazeres e ambientes informacionais seguiam em suas investigações. Entre eles se situava *Ranganathan* que também no início do Século XX criou a *Colon Classification*, apresentando uma abordagem inteiramente inovadora, na qual cada aspecto (ou faceta) dentro de uma área do conhecimento é formado de unidades conceituais estruturadas sob princípios lógicos e reunidos em categorias com uma codificação própria para cada faceta. Ranganathan (1967) estabeleceu princípios para além da criação de um esquema. Seus princípios e estudos deram origem a uma *Teoria da Classificação*. As bases teóricas da *Colon Classification* ainda se apresentam atuais e apropriadas a diversas situações contemporâneas, portanto, extrapolando a uma visão utilitarista da recuperação automática de grandes volumes de informação. Essas bases teóricas têm, por exemplo, sustentado vários estudos relacionados a sistemas de classificação na *web*, de organização da informação em portais e taxonomias. Dentre as características importantes

da classificação facetada para uso na *web* se destaca a sua multidimensionalidade.

Por outro lado, como destaca Gomes (2010), nas frentes que a partir de 1950 começaram a problematizar as discussões acerca da questão da recuperação da informação, surgiram outras problematizações importantes como as de *Margaret Mann* acerca da função social da biblioteca, ponderando sobre seu catálogo como fonte de informação e não como mero instrumento de busca da informação. Gomes (2010) assinala a atualidade dessa concepção quando atualmente se analisa os princípios norteadores do próprio *Functional Requirements for Bibliographical Records (FRBR)*. O debate posto por *Mann* representou a busca pela superação da visão utilitarista da informação, intrínseca à ideia de recuperação veloz e eficaz, ampliando o entendimento da biblioteca como um espaço de cultura, portanto, muito mais do que um centro depositário da memória da humanidade e estoque de conhecimentos registrados. De algum modo, seu pensamento se voltava ao fortalecimento do ambiente informacional como um espaço social para o pensamento e a criação, para expressão e construção do conhecimento, ideia que oferece contraponto à concepção que se instalava de associação da informação a uma perspectiva utilitarista.

Percebe-se que *Mann* indiretamente assinalou o caráter de dispositivo de mediação implícita (indireta) dos produtos de representação destinados ao acesso à informação. Isso pode ser considerado mais um passo em direção do reconhecimento de uma zona de interseção entre a mediação implícita (indireta) e a mediação explícita (direta). E, por outro lado, quando *Mann* defendeu a biblioteca como um espaço de cultura, contribuiu para a demarcação de uma tendência que compreende e aborda os ambientes e agenciamentos relacionados à informação em uma perspectiva social.

Outro avanço nos estudos dessa camada epistêmica que trata da organização e representação em direção a uma concepção da informação como um fenômeno social se refere à elaboração do *Thesaurofacet* por Aitchison (1970), que tomou como referência os princípios da *Teoria de Ranganathan*, representando um marco no desenvolvimento da organização e representação

da informação. Se junta a esse marco a formulação da *Teoria do Conceito* de *Dahlberg*, que significou a orientação mais consistente no estabelecimento das relações no interior dos tesouros, tanto do ponto de vista das relações hierárquicas quanto das relações associativas.

Dahlberg (1978a, p. 147), ao tratar da sua *Teoria do Conceito* ou *Teoria Analítica do Conceito*, definiu conceitos como “[...] sínteses rotuladas de enunciados verdadeiros sobre objetos do pensamento: esses enunciados - asserções – levam ao reconhecimento ou à separação de características dos conceitos, que também podem ser consideradas como elementos dos conceitos.”

Para Dahlberg (1978a, 1978b), um conjunto formal de enunciados é constituído por conceitos gerais e individuais relacionados a objetos gerais e individuais. Os objetos individuais estão situados em um determinado espaço e tempo, relacionados ao plano da experiência primeira, que Dahlberg associou ao plano dos *a priori* da sensibilidade, na perspectiva kantiana. De outra maneira, os objetos gerais definem grupos de objetos ou categorias (conceitos com maior extensão). Esses dois níveis de conceitos podem ser enunciados por meio da linguagem natural.

Em sua *Teoria Analítica do Conceito*, Dahlberg (1978a, 1978b) afirma que é possível saber o que é um conceito e formulá-lo através da identificação de suas características, e se apóia nas características aristotélicas para relacionar as categorias possíveis para identificação de um conceito, que são: a matéria (substância); a qualidade; a quantidade (extensão); a relação; o processo (atividade); o modo de ser; a passividade; a posição; a localização (lugar); o tempo. No entanto, essa autora também alertou para a necessidade de se distinguir as categorias essenciais (constitutivas da essência do objeto) das categorias acidentais (adicionais ou possíveis). A partir da *Teoria do Conceito* de *Dahlberg* confirma-se que os conceitos, científicos ou não, são produtos da linguagem em expressão do pensamento, para registro do conhecimento. Todos os conceitos são dependentes da linguagem para que possam representar uma ideia, um objeto ou um fenômeno.

A partir da década de 1990, no compasso da expansão da internet,

ocorreu a promoção do enlace hipertextual dos documentos, obrigando a um redimensionamento dos tesouros, visando a ampliação do nível das relações para aperfeiçoar a representação e aumentar a precisão e a eficácia na recuperação. Contexto do desenvolvimento dos tesouros conceituais, tesouros de verbos e os mapas de conceitos (*topic maps* - documento ou conjunto de documentos inter-relacionados em um espaço multidimensional, no qual os pontos de localização são tópicos e o controle do vocabulário é *ad hoc*). Esse elenco de recortes epistêmicos focaliza a recuperação da informação, especialmente na *web*, fazendo emergir estudos acerca da *web* semântica, taxonomia, classificação automática e outros dispositivos de mediação implícita da informação em ambientes virtuais, mas que, pela força da comunicação síncrona desse ambiente amplia a possibilidade de identificação ou construção de zonas de cooperação ou interseção entre mediação implícita e mediação explícita da informação.

No atual cenário das tecnologias da informação e comunicação e dos ambientes de comunicação da *web* a concepção e composição das redes semânticas e das ontologias se aceleraram, representando um desenvolvimento dos sistemas de organização do conhecimento (KOS) que, conforme Hodge (2000), abrangem historicamente os próprios catálogos, sistemas de classificação bibliográfica, cabeçalhos de assuntos, controle de autoridades e taxonomias, que há tempos sempre foram utilizados. No entanto, as ontologias guardam a característica de favorecer o processo de comunicação e a interoperabilidade de recursos na *web*, com o uso de motores de busca a partir de palavras-chave, para possibilitar a compreensão da estrutura de informação em determinado domínio; a reutilização do conhecimento desse domínio; explicitando os seus pressupostos (axiomas) e o alcance do domínio, expandindo as intencionalidades dessas ações de mediação implícita focadas na recuperação da informação, que as posicionam como partícipes do processo de articulação de linguagens. Processo que é próprio do trânsito entre representação e interpretação, tornando evidente mais uma zona de interseção entre mediação implícita e mediação explícita da informação, já que o esforço de interpretação, enquanto um dos movimentos iniciais em direção ao processo de

apropriação da informação se insere no escopo das intencionalidades da mediação explícita.

Outra camada epistêmica do campo foi descortinada pelos estudos centrados no objeto documento que, sob a ordem de elementos dos âmbitos culturais, sociológicos e políticos, adquire contornos e categorias distintas que repercutem nas condições de materialidade da informação, assim como de sua fisicalidade, a depender da sua inscrição em determinados suportes, contextos e períodos. Nesse investimento tornou-se consenso o papel relevante do documento no processo de produção, disseminação, acesso e uso dos conteúdos, mas também na preservação da memória social. Porém, esse reconhecimento traz à tona elementos que podem qualificar o documento como um dispositivo de mediação da informação, considerando-se que, ao ser organizado e representado na perspectiva da mediação implícita, transporta no tempo um conhecimento que foi compartilhado, e sob a perspectiva interacionista da mediação explícita adentra a cena do encontro ou reencontro dos sujeitos sociais com a informação (com esse conhecimento compartilhado) a qualquer tempo.

Pela sua condição de dispositivo de mediação, o documento representa um elemento de conexão entre os planos objetivo e subjetivo que envolvem o fenômeno informação. Ele se caracteriza como o elemento por meio do qual os sujeitos do encontro com a informação podem partir do plano da objetividade e adentrar a esfera reflexiva e crítica, com a qual colabora a mediação explícita ampliando o espaço do debate e do exercício coletivo da crítica, quando tenderão a experimentar o processo virtuoso da apropriação dos conteúdos informacionais.

Pode-se dizer que as contribuições de *Otlet* e *La Fontaine* no Século XIX na produção de uma análise mais aprofundada dos conteúdos inscritos nos documentos, com a formulação do princípio monográfico, mais do que sustentar a nomeação dessa nova atividade como Documentação, parece ter sido em agregar um elemento importante ao ponto de inflexão em direção ao fundamento da mediação da informação que já tinha sido produzido por Gesner com a sua concepção bibliográfica. O olhar mais aprofundado em torno do objeto

documento e suas relações com a informação representou outro salto relevante para a compreensão da informação em sua perspectiva social.

Na década de 1950, *Suzanne Briet* contribuiu significativamente com esse processo quando traçou um histórico da evolução dos dispositivos de mediação cultural e informacional, por ela denominados de casas de cultura, assim como ao aprofundar as reflexões em torno do objeto documento, apresentando uma nova proposição conceitual. Esse movimento reflexivo fez com que na segunda metade do Século XX a camada temática **documento** conquistasse adensamento, alcançando expressão no recorte epistêmico da área.

Contudo, somente na década de 1990 se amplia o debate em torno do objeto documento, com a proposição de duas novas categorias: os tangíveis e os não tangíveis. Passou-se a considerar tangíveis os documentos com visibilidade, objetos da ação de materialidade e/ou registro, e intangíveis os documentos com ausência de fisicalidade dos conteúdos informacionais, a exemplo dos mitos, lendas e demais conhecimentos e objetos da cultura humana, transmitidos por meio da comunicação informal e das tradições da comunicação oral, onde ocorre o nível de materialidade pela articulação das linguagens em expressão, sem a fisicalidade do registro.

No âmbito dessas discussões, seguiu-se na expansão da compressão do objeto documento, para as quais colabora Ocampo (1991), ao assinalar que, acima dessas categorizações, em essência, deve-se considerar documento tudo a que se pode atribuir significado. Nesse sentido, no plano implícito da discussão em torno do objeto documento, é possível observar sinalizações da condição social do fenômeno informação. Tangíveis ou intangíveis, os documentos são artefatos da cultura humana, que têm a linguagem e a representação como elementos constitutivos. Como acentua Dodebei (2010) documento é um objeto com valor de memória, e o conceito de documento é um construto que deve reunir como proposições: a **unicidade** (os documentos objetos da memória social não são diferenciados na essência); a **virtualidade** (a atribuição de predicáveis do objeto pelo observador dentro de um determinado tempo e espaço é seletiva. Isso torna a classificação do documento arbitrária) e a **significação** (os objetos do cotidiano são transformados em documentos de

categoria temporal e circunstancial, havendo uma intencionalidade nessa decisão.

Essas características que envolvem o objeto documento, o colocam na categoria de dispositivo de mediação da informação, compreendendo-se aqui dispositivo na perspectiva de Peraya (1999), como elemento de natureza técnica, semiológica e pragmática, que atua na produção de sentidos.

A essa conceituação de Peraya (1999), pode-se agregar a definição etimológica de dispositivo apresentada por Agamben (2009) de elemento que atua na produção de sentidos como discursos, instituições, ambientes, instalações arquitetônicas, decisões regulamentais, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, enfim, toda ordem de elementos que se articulam nos agenciamentos sociais.

Ao tratar da função da linguagem na formação social da mente, também Vygotsky (1998) ressaltou a necessária articulação de diversos dispositivos para que a produção de sentidos aconteça, afirmando que tanto o signo quanto o instrumento são dispositivos de mediação. Ambos sustentam a interação do sujeito com o meio e com os conhecimentos estabelecidos, auxiliando no seu desenvolvimento cognitivo. Assim, podemos dizer que os documentos, na condição de dispositivos de mediação, integram o meio e transportam conhecimentos.

A noção de dispositivo ainda remete à consciência de que o homem interfere no mundo criando cultura e sofre a interferência da sua própria criação. Como assinala Murguia (2010, p. 130-131),

Os objetos não somente nos rodeiam no dia a dia como também determinam nossas ações. Objetos podem criar agenciamentos [...] Os objetos materializam e subjetivam o ser: nossos pensamentos através dos livros, nossos medos e incertezas pelos fetiches e nossos afetos nos *souvenirs* etc. [...] eles são a própria inscrição do ser no mundo. Eles nos presentificam e nos remetem a tempos e espaços irrecuperáveis. Por outro lado, os objetos também são finitos. [...] Enquanto eles se inserem nos agenciamentos, ou se pensa que em algum momento o farão, eles serão preservados.

Este é o sentido que também parece permear a tese de Frohmann (2008, 2009) quanto ao caráter social, material e público da informação, assim como o seu alerta de que tanto o registro quanto a preservação da informação são

estabelecidos socialmente, podendo a mesma sofrer apagamento ou conquistar permanência na memória social, a depender dos interesses e regimes vigentes.

As reflexões acerca do caráter social, material e público da informação permitem retomar as discussões sobre as relações entre linguagem e representação como elos do conhecimento e da informação. Nessas relações, percebe-se um fluxo sinalizador da interdependência desses três caracteres e da simbiose entre conhecimento e informação.

Na busca por ser e conhecer, em interação com o meio, o sujeito gera pensamento que, por meio da linguagem, se interliga aos diversos níveis de percepção e entendimento, gerando uma síntese integradora do que a ele foi possível compreender (conhecimento). Esta síntese integradora (conhecimento) ganha expressão por meio de linguagens, gerando representações de primeiro nível, que adquirem materialidade pela articulação das linguagens, podendo também conquistar fisicalidade pela inscrição em algum suporte tecnológico. Instância em que se torna possível a comunicação (o colocar em comum), o compartilhamento do conhecimento, a sua publicização, que permitirá a sua permanência, retomada, revisitação e problematização em outro momento.

Nessa perspectiva Bakhtin (1990, p. 98) nos lembra ainda que “Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam, trava uma polêmica com elas, conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as. Cada inscrição constitui uma parte inalienável da ciência ou da literatura ou da vida política.” Partindo-se então das reflexões de Bakhtin (1990) em associação às de Frohmann (2008, 2009), pode-se afirmar que o documento guarda o registro do pensamento possível em determinado contexto, como também as potencialidades de exploração do conteúdo informacional em momento futuro, quando o compartilhamento se efetivará, não exclusivamente por uma comunicação síncrona e/ou contemporânea, mas também por agenciamentos orientados pelo fundamento da mediação, em sua categoria explícita, que possibilita a dialogia, o debate e o exercício da crítica no encontro com a informação, na coexistência e articulação entre comunicação assíncrona (leitor e autor não presentes no momento do encontro) e síncrona (leitores e mediadores). Isso porque os agenciamentos da mediação explícita promovidos

em ambientes informacionais interacionistas, intencionalmente atuam na transformação desses ambientes em espaços de sociabilidades, condição essencial ao processo de apropriação da informação, a partir do qual o conhecimento se redimensiona, se expande, se renova e com ele o próprio sujeito que conquistou o prazer estético de interpretar, entender, criar, se reinventar, reexistir e sentir sua potência enquanto sujeito da ação no social.

Esse corpo analítico que foi se conformando ao longo desse percurso histórico colaborou para o fortalecimento de um entendimento da informação enquanto um fenômeno social que envolve vários elementos: objetos e espaços de cultura como os documentos e os ambientes informacionais, e outros dispositivos processuais, procedimentais e tecnológicos relacionados à organização, representação, gestão, recuperação e disseminação. Assim, o fenômeno informação passou a ser estudado em suas diversas camadas, e estas passaram a integrar o escopo epistêmico do campo da Ciência da Informação, com repercussão nas disciplinas especializadas no trabalho informacional.

Tais condições parecem ter motivado estudos epistemológicos a retomarem as contribuições de *Margaret Egan* e *Jesse Shera* que, em 1952, ao publicarem o artigo intitulado *Foundations of a theory of Bibliography* formularam a proposição de uma epistemologia social da área. Na década de 1950, *Egan* e *Shera* não conquistaram interlocutores que sustentassem a ampliação do debate a ponto de aprofundar e consolidar uma compreensão acerca dessa perspectiva social.

No entanto, atualmente, quando os estudos da mediação da informação aceitam o desafio de investigar as dinâmicas interacionistas e complexas das sociabilidades produtoras de saberes e conhecimentos, a partir dessa compreensão do fenômeno informação em uma perspectiva social, alargam-se as condições de intensificação analítica das contribuições de *Egan* e *Shera*, que defendiam a informação e o próprio conhecimento como fenômenos sociais, argumentando que a materialidade alcançada pelo registro documental é interferente no próprio ciclo de existência do conhecimento, o que sinaliza a força social motora do conhecimento e da informação que o compartilha.

Essa formulação inicial, após o falecimento de *Egan* em 1959, seguiu sendo trabalhada por *Shera* (1971, 1973), que avançou na defesa da informação como um fenômeno que consiste de camadas que se entrelaçam em uma cadeia complexa e dinâmica, envolvendo conteúdo e operações de ordem tecnológica que sustentam o compartilhamento (que asseguram o que estamos defendendo como comunicação síncrona e assíncrona) e o processo de recepção, sempre situado em determinado contexto sócio cultural, a partir do qual o conteúdo compartilhado adquire sentido para o sujeito que encontra a informação em sua cadeia. Essa cadeia sistêmica analisada e descrita por *Shera* (1971, 1973) denomina-se trindade do atomismo (1 - **conteúdo**, 2 - **base tecnológica de produção e transmissão**, 3 - **recepção em determinado contexto social**).

Observa-se que *Shera* busca avançar na abordagem da informação em termos conceituais, no sentido de desvelar a estreita relação entre conhecimento, informação e o processo dialógico da comunicação, cujo objetivo é o compartilhamento. Ao tratar e defender a informação como uma cadeia sistêmica, *Shera* (1971, 1973) acentuou o papel mediador do bibliotecário e do ambiente informacional da biblioteca, como agentes de sociabilidades que atuam no encontro entre a informação (o conhecimento compartilhado) e o ser humano.

Nesse sentido, pode-se concordar com Santos Neto (2019) quando ele afirma que *Shera* introduziu o delineamento de uma nova concepção do trabalho com a informação na qual, intrinsecamente, está situada a mediação. Outra abordagem precursora de debates contemporâneos dos estudos de mediação da informação refere-se a defesa enfática de *Shera* quanto a impossibilidade de haver neutralidade no fazer informacional. As discussões no âmbito dos estudos da mediação da informação têm colocado em relevo essa questão, em especial ao abordarem questões relacionadas às suas dimensões ética e política.

A formulação de *Shera* (1971, 1973) referente à dinâmica relacional entre conteúdo, base tecnológica e contexto de recepção, pode ser colocada em diálogo com as de Capurro (2003) quando este entende a informação como um fenômeno antropológico que envolve um processo hermenêutico e também interacionista. Por outro lado, esses dois caminhos analíticos também são passíveis de diálogo com as proposições teóricas de Frohmann (1995, 2004,

2008, 2009) acerca dos regimes de informação, de uma nova perspectiva filosófica em torno do objeto informação e do fazer informacional, que coloca em evidência o caráter social, material e público da informação.

Por meio de regimes de informação que se estabelecem em agenciamentos complexos, envolvendo agentes, dispositivos, articulação de linguagens, comunidades discursivas e intencionalidades, ficam evidentes o caráter social, material e público da informação, já que neles se dão as estratégias e os acordos em torno da produção, publicização e preservação da informação.

Desse modo, a informação, como um fenômeno socialmente construído, é resultado da intencionalidade de fazer transitar o conhecimento da esfera singular para a esfera do coletivo, intencionalidade que a torna uma espécie de instância de trânsito entre o conhecimento e os sujeitos sociais. Esse trânsito torna-se possível pela externalização (materialização), que permite o compartilhamento do conhecimento, potencializando a sua apropriação, que ocorrerá por meio dos processos de significação, o que indica a existência de uma relação simbiótica entre informação e conhecimento.

Por concordar com Frohmann (2008) quanto ao papel dos regimes de informação e quanto ao caráter social, material e público da informação, como também com Shera (1971, 1973), quando este defende que o trabalho com a informação destina-se à socialização do conhecimento humano, ao acesso e produção da cultura, assinalando que o conteúdo informacional compartilhado somente adquire sentido na recepção, assim como com Capurro (2003), quando este compreende a informação como um fenômeno relacional que emerge do processo hermenêutico, Gomes (2016, 2017, 2019a, 2019b, 2020) tem apresentado a sua proposição conceitual de **informação** como **conhecimento em estado de compartilhamento**. Para a autora, essa proposição tem maior aderência aos enfoques da mediação a partir das contribuições de Vygotsky (1998, 2001, 2003a, 2003b), Freire (1996, 2005, 2008) e Almeida Júnior (2006, 2009, 2015), que permitem situar a mediação da informação como um processo dialético e essencialmente pautado na dialogia, promotor do espaço problematizador que pode impulsionar o processo de recepção, assim como o

desenvolvimento intelectual, cultural e a tomada de consciência, favorecendo a apropriação da informação.

Partindo desta proposição conceitual de *Gomes* e das proposições de *Shera*, *Capurro* e *Fromahnn*, pode-se entender que a mediação da informação age no trânsito constitutivo e derivativo da informação e que, portanto, ela se consubstancia tanto de orientações filosóficas quanto pragmáticas, que conformam sua condição de fundamento da área, por operar como um atrator da cadeia sistêmica da informação, intencionando uma articulação efetiva e consciente entre conteúdos, operações mediadoras e recepção, de modo a favorecer o processo de apropriação. Nessa dinâmica complexa do universo informacional, seja a mediação implícita (indireta) ou explícita (direta), como categoriza Almeida Júnior (2015), ela é constituída de princípios que fundamentam a existência da informação e do trabalho com ela. Esses princípios se caracterizam também como potências que Gomes (2014, 2020) defende ser as cinco dimensões da mediação da informação: dialógica, estética, formativa, ética e política.

4 O FUNDAMENTO DA MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E SUAS DIMENSÕES

A mediação está presente em todas as fases constitutivas da informação e se relaciona a todas aquelas envolvidas com os processos e atividades voltadas à promoção do encontro com a mesma. Na conceituação de mediação da informação formulada por Almeida Júnior (2015), nos parece central o destaque dado à possibilidade de ela ser consciente ou inconsciente, mas de qualquer modo sempre interferente e nessa condição podendo se dar diretamente (mediação explícita) ou indiretamente (mediação implícita). Pode-se traduzir que essa condição interferente é motivada, para além de atender a demandas informacionais, pela intencionalidade de assegurar a ambiência propícia ao exercício da crítica no encontro com a informação, de maneira que neste sejam desencadeadas o que Almeida Júnior (2015) entende por novas necessidades informacionais.

Nesse sentido, a mediação da informação pressupõe agenciamentos sociais que envolvem ambientes de informação, agentes, documentos,

processos, técnicas, instrumentos, recursos e estratégias que deixam de ser simples artifícios de transferência de conteúdos informacionais, assumindo a condição de dispositivos mediadores que, visando o apoio ao processo de produção de sentidos, podem ser articulados sob a orientação dos princípios intrínsecos às dimensões da mediação da informação, que na condição de fundamento tem a intencionalidade de promover a ampliação das possibilidades do processo dialógico e problematizador no encontro com a informação, de modo a impulsionar a apropriação da informação.

Ao tratar da mediação relacionada ao fenômeno informação, compreendo informação como conhecimento em estado de compartilhamento, torna-se mais evidente a base dialógica da mediação da informação, sobre a qual ocorrem as trocas intra e intersubjetivas, demarcando a existência da **dimensão dialógica**, como instância sustentadora e basilar dessa mediação. Por outro lado, essa dimensão realça a condição de processo dialético da mediação da informação, que quando se faz conscientemente possibilita que os sujeitos envolvidos no encontro com a informação experimentem o espaço crítico em fortalecimento de uma ambiência de acolhimento às manifestações e interpelações de todos, onde o conteúdo e os envolvidos no debate se desvelam. Nesse andamento, a mediação da informação alcança sua **dimensão estética**, instância na qual os participantes da mediação da informação têm a possibilidade de terem acionadas o que Vygotsky (1998, 2001, 2003a, 2003b) denominou de zona de desenvolvimento proximal (ZDP), situação em que experimentam o processo de ressignificação e geração de sentidos, quando têm a possibilidade de redimensionarem seu arcabouço de conhecimentos, saberes e percepções de mundo. Se por um lado, o alcance da **dimensão estética** da mediação da informação a coloca como uma instância desestabilizadora dos *a priori* dos seus participantes, por outro potencializa a reconstrução de sentidos e a construção de conhecimentos, como também proporciona a experimentação do prazer estético do criar no interpretar e formular interpelações e formulações.

Alcançando a sua **dimensão estética**, a mediação da informação amplia e consolida os ambientes informacionais como espaços de sociabilidades, construindo e consolidando o espaço de voz, orientado por práticas e

experiências do exercício da crítica e do debate, quando a expressão e interpelação conquistam um *status* promissor ao acionamento da ZDP. Nessa instância a mediação centra-se no processo de problematização que, conforme Freire (2005, 2008), amplia o exercício da crítica e do debate, essencial ao processo de apropriação da informação e o alcance da **dimensão formativa**, já que toda formação é resultante da interação vivida com outros sujeitos e com o meio. Na sua **dimensão estética** a mediação da informação se faz processo articulador e agenciador do espaço do debate e da problematização, propício ao exercício da crítica que favorecerá o processo de apropriação da informação, quando o sujeito experimentará o que Pareyson (1993) entende como alterações no seu estágio intelectual, cognitivo e afetivo, quando a mediação da informação terá alcançado a sua **dimensão formativa**.

Por outro lado, para alcançar as suas dimensões dialógica, estética e formativa, o fundamento da mediação da informação orienta quanto ao cuidado necessário, ao longo de todo o processo mediador, para o alcance da **dimensão ética**, assumindo-a com um eixo articulador das demais dimensões. A perspectiva dialética e interacionista do fundamento da mediação da informação e suas dimensões adquire expressão na abordagem dos aspectos relacionados à diversidade, decorrente do fato de que a informação é um fenômeno social, mas também porque inevitavelmente o encontro com ela instala um espaço de diálogo “interno” e/ou coletivo. O encontro com a informação convoca o espaço dialógico, o encontro das vozes e o exercício da crítica, que são próprios do processo problematizador, o que demanda respeito à alteridade, assegurando a abertura ao contraditório nas comunicações assíncronas e o espaço de expressão e interpelação por todos os participantes nas comunicações síncronas promovidas nos debates nos interior dos espaços de sociabilidades. Esses são princípios dialéticos e interacionistas do fundamento da mediação da informação, intrinsecamente expressos na dimensão ética da mediação. Orientados pelo fundamento e sua dimensão ética como eixo articulador das demais dimensões da mediação da informação, os mediadores tomam posição na cena do encontro com a informação, interferem em curadoria sinalizadora de conteúdos de caráter manipulador, combatendo a desinformação e as

informações falsas, impedindo manipulações e discriminações nos debates síncronos, conscientemente assumindo sua responsabilidade social de trabalhar para o alcance da **dimensão ética** na ação mediadora, como eixo capaz de articular e engajar as demais dimensões para uma efetividade da mediação da informação em curso.

Observando-se o encadeamento entre as dimensões dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação, torna-se clara a existência da sua **dimensão política**, que quando plenamente alcançada, proporciona aos envolvidos no processo uma tomada de consciência da sua condição de sujeitos da ação, de sujeitos políticos. Ao alcançar a sua **dimensão política**, a mediação da informação possibilita uma tomada de consciência em torno do fenômeno informação, dos direitos e responsabilidades da própria sociedade em relação a informação, reforçando a impossibilidade de neutralidade tanto na sua concepção, quanto na sua mediação e recepção.

Assim, quando se reflete na mediação da informação e suas dimensões na condição de fundamento central para a área da informação percebe-se ainda sua conexão com novas temáticas de estudo relacionadas aos fenômenos da desinformação e informações falsas, do desenvolvimento de competências críticas em informação entre outros que convocam ao diálogo interdisciplinar com áreas afins. Em verdade, defende-se aqui que o fundamento da mediação da informação e suas dimensões posiciona a Ciência da Informação e as disciplinas especializadas no trabalho com a informação em condições mais favoráveis a trabalhar as diversas camadas que envolvem o fenômeno e que têm sido desveladas na travessia histórica desse campo científico em articulação promissora às suas responsabilidades científicas e sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As formulações teóricas de Kant, posteriormente analisadas por Foucault, em torno do ato de conhecer e explicar o mundo fenomênico apontam explicações contundentes de que o conhecimento seria impossível sem a linguagem. Esta se apresenta na condição de principal dispositivo para a construção do conhecimento, seja ele imediato e correspondente a percepções,

noções e emoções primeiras, seja ele do âmbito do senso comum, filosófico ou científico, já que por meio dela se realizam os agenciamentos mentais e sociais, como também a representação enquanto um produto dessa linguagem na expressão do conhecimento gerado, constituindo-se em informação, alcançando sua condição de compartilhamento.

Ao entrar no seu estado de compartilhamento, o conhecimento se faz informação, que lhe confere as condições de exterioridade e permanência, elementos de trânsito no tempo e no espaço. A amplificação longitudinal do compartilhamento solicita que a informação (o conhecimento em estado de compartilhamento) seja inscrita em dispositivo de registro, pavimentando a manufatura involuntária ou intencional de outra esfera de dispositivo que, em composição com a articulação de linguagens, oferta condições para que o compartilhamento se alastre, gerando uma outra esfera de dispositivo que articulando a ação do registro e a natureza do conteúdo, se constitui no que denominamos documento, cuja força de publicização e de permanência na memória rege a sua existência e permanência pelos agenciamentos do que Frohmann defende ser regimes de informação, nos quais operam relações complexas e dialéticas que evidenciam o caráter social, material e público da informação.

Pode-se ainda dizer que ao caráter social e também público da informação demandam agenciamentos que envolvem uma diversidade de dispositivos como ambientes informacionais, processos, técnicas, instrumentos, produtos e recursos por meio dos quais se efetivam a mediação implícita e explícita da informação.

Ao se admitir a informação como um fenômeno social, se é conduzido a refletir sobre a função social de todos os dispositivos empregados na produção, organização, preservação, gestão, acesso, uso e apropriação da informação, tecendo uma compreensão em torno da cultura informacional e das atividades informacionais enquanto agenciamentos sociais, portanto, enquanto processos dinâmicos e dialéticos, que refletem princípios e interesses hegemônicos e contra-hegemônicos.

Essa nova perspectiva indica a possibilidade de formulações teóricas que

identifiquem e fundamentem explicações acerca do caráter mediador do trabalho com a informação em toda a sua extensão, tornando mais evidente as variáveis comuns e específicas do trabalho com esse fenômeno social.

A organização e representação da informação, a gestão dos ambientes informacionais, o desenvolvimento de processos, instrumentos e produtos informacionais são ações de mediação implícita (indireta) da informação, já que os agentes sociais que atuam na sua produção se situam nos “bastidores” do trabalho com a informação, cuja ação é mediata em relação ao usuário. Essa característica por vezes torna menos perceptível o caráter mediador dessas camadas importantes do trabalho com a informação. No entanto, sem essa mediação implícita (indireta), a mediação direta (explícita) seria incipiente e fragilizaria a abertura à diversidade nos processos dialógicos e problematizadores no encontro com a informação, elemento caro ao exercício do contraditório e da crítica. À luz do fundamento da mediação da informação e suas dimensões torna-se possível identificar as zonas de interseção entre as ações mediadoras que, em articulação consciente, tenham as condições necessárias a que esse fenômeno social cumpra a sua missão.

Por fim, ao se analisar a perspectiva dialética e interacionista da mediação da informação fica evidente as suas intencionalidades, que se expressam nas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política, elementos que lhe são constitutivos e também representam as potências que conformam os princípios e a razão de ser da mediação da informação, sustentando sua própria condição de fundamento da área.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo?** Chapecó: Argos, 2009.

AITCHISON, J. The thesaurfacet: a multipurpose retrieval language tool. **Journal of Documentation**, v. 36, n. 3, p. 187-203, 1970.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. *In*: ENCUESTRO DE EDUCADORES E INVESTIGADORES EM BIBLIOTECOLOGIA, ARCHIVOLOGIA, CIÊNCIA DE LA INFORMACIÓN Y DE LA DOCUMENTACIÓN DE IBEROAMÉRICA Y EL CARIBE (EDIBCIC), 7., 2006, Marília. **Anais** [...] Marília: UNESP, 2006. Disponível em:

http://edicic.org/data/documents/Actas_VII_EDIBCIC.pdf. Acesso em: 22 abr. 2020.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da Informação e Múltiplas Linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/170>. Acesso em: 10 out. 2013.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

BUSH, V. As we may think. **Atlantic Monthly**, v. 176, p. 101-108, 1945.

CAPURRO, R. The concept of information. **Annual Review of Information Science and Technology**, [S.l.], v. 37, p. 343-411, 2003.

COSTA, C. **Filosofia da linguagem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

DAHLBERG, I. A. Referent-oriented analytical concept theory of interconcept. **International Classification**, v. 5, n. 3, p. 142-150, 1978a.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978b.

DODEBEI, V. O sentido e o significado do documento para a memória digital. *In*: FREITAS, L. S.; MARCONDES, C. H.; RODRIGUES, A. C. (org.). **Documento: gênese e contextos de uso: estudos da informação**. Niterói: EdUFF, 2010. v. 1, p. 81-96.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Centauro, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FROHMANN, B. Taking policy beyond information science: applying the actor network theory for connectedness: information, systems, people, organizations. *In*: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION

SCIENCE, 23., 1995, Alberta. **Proceedings** [...]. Alberta: 1995. Disponível em: <http://instruct.uwo.ca/faculty/Frohmann>. Acesso em: 21 nov. 2011.

FROHMANN, B. Documentation redux: prolemonon to (another) philosophy of information. **Library Trends**, v. 52, n. 3, p. 387-407, 2004.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, M. S. L.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L. G. (org.). **Dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe Editora, 2008. p. 13-36.

FROHMANN, B. Revisiting What is document? **Journal of Documentation**, v. 65, n. 2, p. 192-303, 2009.

GOMES, H. E. Longa caminhada no tratamento semântico de documentos. *In*: FREITAS, L. S.; MARCONDES, C. H.; RODRIGUES, A. C. (org.). **Documento: gênese e contextos de uso: estudos da informação**. Niterói: EdUFF, 2010. v. 1, p. 193-204.

GOMES, H. F. Comunicação e informação: relações dúbias, complexas e intrínsecas. *In*: MORIGI, V.; JACKS, N.; GOLIN, C. (org.). **Epistemologias, comunicação e informação**. Porto Alegre: Sulina, 2016. cap. 5, p. 91-107.

GOMES, H. F. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994/1909>. Acesso em: 27 dez 2017.

GOMES, H. F. Mediação consciente da informação; categoria fundante ao protagonismo profissional e social. *In*: SILVA, Franciéle C. G. da; ROMEIRO, Nathália (org.). **O protagonismo da mulher na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**. Florianópolis: Rocha; Nyota, 2019a. p. 187-206. Disponível em: <https://www.nyota.com.br/>. Acesso em: 27 abr. 2020.

GOMES, H. F. Protagonismo social e mediação da informação. **Logeion: Filosofia da Informação**, [Rio de Janeiro], v. 5, p. 10-21, 2019b. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4644>. Acesso em: 20 maio 2020.

GOMES, H. F. Mediação da informação e protagonismo social: relações com vida activa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. *In*: GOMES, H. F.; NOVO, H. F. (org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. cap. 2, p. 27-44.

GOMES, H. F. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-23, out./ dez. 2020.

HEIDEGGER, M. **Kant y el problema de la metafísica**. 6. ed. México, DF: Fondo de Cultura Economica, 1996.

HJORLAND, B. **Concept in knowledge organization**. In: HJORLAND, B. **Lifeboat for knowledge organization**. 2008. Disponível em: http://arkiv.iva.ku.dk/kolifeboat/CONCEPTS/concept_in_knowledge_organizatio.htm. Acesso em: 15 jun. 2008.

HODGE, G. **Systems of knowledge organization for digital libraries**: beyond traditional authority files. Washington, DC: The Digital Library Federation, 2000. Disponível em: <https://www.clir.org/wp-content/uploads/sites/6/pub91.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2010.

KANT, E. **Crítica de la razón pura**. Barcelona: Folio, 2000.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LE GOFF, J. **As raízes medievais da Europa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LE GOFF, J. **Uma longa Idade Média**. Rio de Janeiro: 2008.

MALCLÈS, L. N. **La bibliographie**. Paris: Press Universitaires de France, 1956.

MOREIRO GONZÁLEZ, J. A. Palavra, termo, conceito: das linguagens documentárias até os vocabulários semânticos para a *web*. In: FREITAS, L. S.; MARCONDES, C. H.; RODRIGUES, A. C. (org.). **Documento**: gênese e contextos de uso: estudos da informação. Niterói: EdUFF, 2010. v. 1, p. 11-34.

MURGUÍA, E. I. Documento e instituição: produção, diversidade e verdade. In: FREITAS, L. S.; MARCONDES, C. H.; RODRIGUES, A. C. (org.). **Documento**: gênese e contextos de uso: estudos da informação. Niterói: EdUFF, 2010. v.1, p. 123-140.

OCAMPO, L. T. R. Curso de Mestrado em Administração de Centros Culturais: esquema conceitual. **Apontamentos Memória & Cultura**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 1-8, 1991.

PERAYA, D. Médiation et médiatisation: le campus virtuel. **Hermès**, Paris, n. 25, 1999. Disponível em: <http://documents.irevues.inist.fr/handle/2042/14983>. Acesso em: 25 jun. 2010.

PAREYSON. L. **Estética**: teoria da formatividade. Petrópolis: Vozes, 1993.

RANGANATHAN, S. R. **Prolegomena to library classification**. 3. ed. Bombay: Asia, 1967.

SANTOS NETO, J. A. **O estado da arte da mediação da informação**: uma análise histórica da construção e desenvolvimento dos conceitos. 2019. 406 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019.

SHERA, J. H. The sociological relationships of information science. **Journal of the American Society for Information Science**, [S.l.], v. 22, p. 76-80, apr. 1971.

SHERA, J. H. Toward a theory os Librarianship and information Science. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 2, n. 2, dez. 1973. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/30/30>. Acesso em: 22 abr. 2020.

SMITH, B. **Document acts**. [S.l.: s.n.], 2005. Disponível em: http://ontology.buffalo.edu/document_acts.doc. Acesso em: 21 nov. 2011.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **Obras escogidas**. 2. ed. Madrid: A. Machado Libros, 2001.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2003a.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia pedagógica**. Edição comentada. São Paulo: Artmed, 2003b.

INFORMATION, ITS STUDIES AND INFORMATIONAL PRACTICES: ASSERTIVE CROSSINGS OF MEDIATION AND ITS DIMENSIONS AS THE FOUNDATION OF INFORMATION SCIENCE

ABSTRACT

Objective: Analytical approach to information, its studies and informational practices, seeking to situate the mediation of the information and its dimensions in the epistemological contours of the scientific field of Information Science. **Methodology:** Bibliographical study with the adoption of the systematic literature review (RSL). **Results:** As philosophers and researchers from other fields who have reflected and reflected on the relationships between thought, language and representation in the process of knowledge construction and sharing, Information Science researchers have done the same when dealing with production, organization, circulation, dissemination, retrieval, access, use and appropriation of information, evidencing that these processes

are characterized as layers of the phenomenon, which drive interdisciplinary dialogue. On the other hand, the mediation of the information acts as an attracting element of these constitutive layers of information as a social phenomenon. **Conclusions:** The historical and epistemological outline of studies and informational practices, on the one hand, reveal the complexity of the information phenomenon that motivates interdisciplinary dialogue with other domains of knowledge, and on the other hand, offer evidence that allows the proposition that the mediation of the information, with its dimensions, can be considered a foundation of Information Science.

Descriptors: Information – studies and concept; Information Science; Mediation of the information; Dimensions of mediation of the information.

INFORMACIÓN, ESTUDIOS Y PRÁCTICAS INFORMACIONALES: CRUCES ASERTIVOS DE LA MEDIACIÓN Y SUS DIMENSIONES COMO FUNDAMENTO DE LA CIENCIA DE LA INFORMACIÓN

RESUMEN

Objetivo: Aproximación analítica a la información, sus estudios y prácticas informacionales, buscando situar la mediación de la información y sus dimensiones en los contornos epistemológicos del campo científico de la Ciencia de la Información.

Metodología: Estudio bibliográfico con la adopción de la revisión sistemática de la literatura (RSL). **Resultados:** Como filósofos e investigadores de otros campos que han reflexionado sobre las relaciones entre pensamiento, lenguaje y representación en el proceso de construcción e intercambio de conocimiento, los investigadores de Ciencia de la Información han hecho lo mismo en lo que respecta a la producción, organización, circulación, difusión, recuperación, acceso, uso y apropiación de la información, evidenciando que estos procesos se caracterizan como capas del fenómeno, que impulsan el diálogo interdisciplinario. Por otro lado, la mediación de la información actúa como un elemento que atrae estas capas constitutivas de la información, como fenómeno social. **Conclusiones:** La traza histórica y epistemológica de los estudios y prácticas informacionales, por un lado, revelan la complejidad del fenómeno de la información que motiva el diálogo interdisciplinario con otros dominios del conocimiento, y por otro lado ofrecen evidencia que permite plantear que la mediación de la información, con sus dimensiones, puede considerarse un fundamento de la Ciencia de la Información.

Descriptores: Información – estudios y concepto; Ciencia de la Información. Mediación de información; Dimensiones de la Mediación de información.

Recebido em: 15.09.2021

Aceito em: 03.11.2021